

# NOTÍCIAS DA VIAGEM E DA MISSÃO DIPLOMÁTICA DE UM EMBAIXADOR PORTUGUÊS À CHINA EM 1752

## Estudo crítico e analítico

JOÃO JOSÉ CÚCIO FRADA

Departamento de História da Medicina. Faculdade de Medicina de Lisboa. Lisboa

### R E S U M O

A partir de uma notícia de viagem e missão diplomática de um embaixador português à China em 1752, durante a Época Pombalina, o autor elabora um estudo crítico-analítico orientado, fundamentalmente, sob duas perspectivas: a médica e a histórico-diplomática. A primeira, não só permite a avaliação do grau de organização desta viagem a nível de bastimentos alimentares e apoios sanitários, como possibilita a reflexão e a possibilidade de correcção de um diagnóstico de tuberculose pulmonar em um embarcado, formulado por um cirurgião de bordo, apreciação essa que refutamos completamente. A segunda, que pretende, apenas, fornecer mais uma achega para o estudo da História Diplomática portuguesa, dá-nos a conhecer alguns dos complicados trâmites e protocolos estabelecidos entre o nosso representante diplomático e os altos governantes chineses, os mandarins e próprio Imperador. Contrariamente a outras tentativas anteriores de relacionamento diplomático, económico e social, parcial ou totalmente frustradas, esta missão constituiu um enorme sucesso para Portugal e pode, certamente, considerar-se um passo decisivo para o reconhecimento da soberania portuguesa sobre o território de Macau e suas dependências, em 1887.

### S U M M A R Y

#### News of the voyage and diplomatic mission of a Portuguese ambassador to China in 1752

The author of this report has worked out a critical-analytical study, based on the news of a voyage to China, carried out by a Portuguese ambassador, which was also a diplomatic mission, in 1752, during the Marquis of Pombal era, Prime Minister of king Dom Jose I. This study is directed under two perspectives: medical and historical-diplomatic. The former not only allows the assessment of the high degree of organization of this voyage as far as food supplies and medical support are concerned, but it also shows the reflection and the diagnosis correction of tuberculosis of the lungs, in a seaman, carried out by a surgeon on board, which we totally refute. The latter, which only aims at giving some further data for the study of the Portuguese Diplomatic History, lets us know some of the complex procedures and protocols established between our diplomatic representative and the high Chinese rulers, both the Emperor himself and the mandarins. Contrary to other previous attempts of diplomatic, economic and social relations, either partially or totally frustrated, this mission constituted a great success for Portugal and may, indeed, be considered as a decisive step for the recognition of Portuguese sovereignty over the territory of Macao and its dependencies in 1887.

Chegados à Índia nos fins do século XV, os portugueses iniciariam, depois do feito de Gama, um dos períodos mais áureos na História da Expansão.

Não há, praticamente, nenhum povo, cultura ou civilização que não tenha sentido à sua presença militar, política, comercial ou religiosa.

As relações luso-chinesas, sobretudo, no plano comercial e diplomático vêm já de longa data.

Jorge Álvares, que deixara Malaca em 1514, viria a aportar a uma pequena ilha na foz do rio da Pérola. Nesse local, a que mais tarde se daria o nome de Macau, Álvares colocou o padrão Luso com a cruz e as quinas.

Tomé Pires, dois anos mais tarde, na sua missão de recolha e estudo das drogas medicinais do Oriente, as quais haviam de constituir o material fundamental da *Suma Oriental*, podemos-lo considerar o primeiro embaixador português na China.

Saído da Índia aportaria a Cantão e daí dirigir-se-ia a Nanquim onde viria a ser recebido pelo imperador chinês.

Mas, apesar de D. Manuel I e os seus conselheiros estarem convictos de que a China se curvaria perante a poderosa armada de quatro navios, fortemente aparelhados, o efeito persuasivo e, de certo modo, dissuasivo desta pretensa política de canhoneira revelou-se um completo fracasso.

As credenciais apresentadas por Tomé Pires ao jovem e inexperiente Imperador reinante, colocado no trono por morte de seu avô, parecem não ter respeitado, suficientemente, o rigoroso protocolo exigido pela diplomacia chinesa. Por outro lado, os portugueses como, de resto, todos os europeus não possuíam grandes conhecimentos sobre os valores sociais e culturais deste povo nem, tão pouco, sobre as complicadas exigências tributárias, presentes, dádivas e honras esperados, habitualmente, pelo Imperador. Os presentes ofertados por esta missão diplomática foram devolvidos e Tomé Pires acabaria por ser preso, terminando os seus dias no cativeiro.

Este insucesso da diplomacia portuguesa não impediu, no entanto, que a gente lusa se espalhasse por todo o território chinês, durante os séculos XVI e seguintes. Centenas de portugueses, religiosos, missionários [sobretudo jesuítas], comerciantes e juizes ali se enraizaram pouco a pouco e, em 1577, foram mesmo autorizados pelo mandarim de Cantão a instalar-se na península de Macau. Nesta concessão, o mandarim salvaguardava, por seu lado, os interesses chineses estabelecendo a cláusula seguinte: - cabia aos portugueses o papel de expulsar e combater os piratas que assediavam e devassavam permanentemente aquelas costas.

Sob a vassalagem do rei de Portugal, regendo-se por leis e princípios jurídicos e religiosos identificados com o país e com a cristandade, esta comunidade lusa, ali sediada sem qualquer representante da administração política nomeado pela Coroa portuguesa, só em 1623, em pleno domínio Filipino, viria a ter o seu primeiro Governador.

Cidade próspera, como quase todas aquelas onde os portugueses se instalavam, Macau servia, sobretudo, de

importante polo industrial ligado às técnicas militares e fabrico de materiais de guerra.

A indústria portuguesa de fundição de canhões encontraria na China um dos principais clientes.

No período que se segue à Restauração de 1640, as relações comerciais e políticas com os chineses conheceram um particular desenvolvimento.<sup>1</sup>

Entretanto, e como seria de esperar, o Marquês de Pombal, também ele, viria a contribuir para o fortalecimento do nosso estatuto político e diplomático naquele espaço asiático.

E é, exactamente, durante a sua governação que se vem a verificar uma das mais importantes investidas diplomáticas àquele território, quiçá, um passo decisivo para o reconhecimento definitivo da soberania portuguesa sobre Macau e suas dependências, pela China, em 1887.<sup>2</sup> Viajando na Nau *Europa*, Francisco Xavier de Assis Pacheco e Sampaio, na condição de *Embaixador Extraordinário de Sua Majestade Fidelíssima* parte de Lisboa, em 23 de Fevereiro de 1752, rumo a Macau.

Suficientemente informado das complicadas formalidades e dificuldades com que iria deparar, este diplomata levava como principal missão a concretização de dois objectivos: reafirmar e consolidar o reconhecimento da nossa presença cultural, económica e política naquele local e conseguir que o Imperador chinês reconhecesse Portugal, não como um país de estatuto tributário mas como uma nação merecedora das honras e do respeito político e diplomático que a sua paridade de potência política e militar lhe conferia.

Os pormenores desta missão diplomática descritos por um elemento anónimo da comitiva, o qual viria a revelar-se um observador atento da vida de bordo, constituem, no seu conjunto, uma achega de considerável importância, quer para o estudo da nossa História Diplomática quer para o conhecimento da História Médica Colonial Portuguesa.

Referindo-se à *moléstia do enjoo*, que o Embaixador e ele próprio haviam padecido logo no início da viagem, mesmo antes de avistarem Porto Santo e Madeira, o cronista recomenda o exercício como o *melhor remédio para dissipar os efeitos do Mar*.

Depois de terem deixado Cabo Verde para trás, no dia nove de Março de 1752 começaram a *padecer os efeitos das calmarias da linha* que se iriam prolongar durante cerca de três semanas até à Páscoa. Sem a mínima brisa para enfunar as velas, só na quinta feira santa as condições de navegação viriam a mudar.

Depois de uma violentíssima trovoadas com vento, trovões e raios, tão horrorosos que se tornou necessário interceder às *Relíquias Santas* religiosamente guardadas a bordo, a embarcação saiu das calmarias sã e salva.

(...) *na primeira oitava da Páscoa* arrastados pelos ventos chamados *gerais* rumavam para a costa da América durante alguns dias e só depois de abrandar o vento apanharam o rumo leste a *buscar o cabo de Boa Esperança*(...) *fazendo a viagem até seis de Maio tão serenamente e com tão bom tempo q[ue] em qualquer dos barcos da nossa terra poderíamos navegar a mesma distância de Mar sem nenhum discómodo*<sup>3</sup>.

A obra deste autor [edição de 1986], considerada de leitura obrigatória por todos os especialistas portugueses

1. Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal*, pp.98-9

2. *Idem*, p. 99

3. *Notícia da Viagem*(...), p 4

na área da História Diplomática, não contém qualquer referência a esta acção importante da diplomacia Pombalina junto da Corte Imperial Chinesa.

A sete de Maio (...) *entrou o tempo a mostrar que se arrependia do benefício que até ali nos fizera, porém, estávamos na vizinhança do Cabo Tormentório que parece se mostrar ainda sentido do atrevimento com que a Nação Portuguesa, guiada por Bartolomeu Dias de Novais, o foi descobrir no ano de 1486<sup>4</sup>(...) e não quis perder nesta ocasião o tributo que a sua vingança costumava cobrar de todos os navegantes que ali chegam.*<sup>5</sup>

Entre oito e nove de Maio as condições de navegação tornaram-se difíceis devido a uma furiosa tempestade. A violência do temporal e o risco de naufrágio geram um grande temor e uma generalizada apreensão.

Com a intenção de levantar o ânimo geral dos tripulantes e passageiros, o Superior dos Padres da Companhia, embora profundamente preocupado, tentava disfarçar a situação exagerando no optimismo e fazendo *galhofa da borrasca*. Mas a maior parte da tripulação e o próprio *Embaixador não pode dissimular o seu receio.*<sup>6</sup>

*S. Excelência, reclamando sempre o auxílio divino prometeu à Senhora de Penha de França a vela do traquete.*<sup>7</sup>

Deus pareceu ouvir este pedido de clemência e a promessa do ex-voto teria que ser cumprida. No dia onze haviam dobrado o cabo da Boa Esperança sãos e salvos. Passado o susto, navegando já em águas calmas, cantou-se a bordo *em acção de graças por este benefício o Hino Te Deum Laudamus* e encerrou-se este acto litúrgico com uma salva de artilharia.<sup>8</sup>

Rumando à ilha de Java cruzaram o estreito de Sunda, entre esta ilha e a Sumatra, e a um de Julho lançaram ancora junto à costa da Malásia, onde fizeram aguada. Aqui prover-se-iam *com abundância de galinhas patos cabritos e(...) búfalos* com vista a garantir um resto de viagem *sem experimentar [quaisquer] faltas de mantimentos frescos.*<sup>9</sup>

*As terras que vimos por este estreito não me parecem menos boas que as da nossa varzea de Benavente, os matos não terão menos caça que a Tapada de Vila Viçosa* afirma o cronista Mataram *em menos de um quarto de hora* dois porcos bravos e havia-os em tal quantidade que até pareciam estar encerrados num viveiro.

4. Nem todos os historiadores consideram 1486 como a data que assinala o feito de Bartolomeu Dias. Assim, por exemplo, no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, considera-se 1487 como o ano em que aquele navegador viria a dobrar o Cabo da Boa Esperança, também designado por *Cabo das Tormentas*. (Dic. Hist. Port. vol. VI. p.680)

5. *Notícia da Viagem(...)*, p 4

6. *Idem, ibidem*

7. *Idem, p. 5*

8. *Idem, ibidem*

9. *Idem, p.6*

10. *Idem, p. 9*

11. António Margues Esparteiro, *A Higiene nas Naus de Viagem em meados do século XVIII*. pp.283-4

12. *Notícia de Viagem(...)*, p. 9

13. *Idem, ibidem*

13. *Idem, p. 9*

Quando parecia que as controvérsias de viagem tinham chegado ao fim, ao atravessar o Estreito de Banda, cerca das vinte horas do dia vinte de Julho, apanharam um bom susto. Com as velas cheias de vento, a nau, parada, achara-se, de repente, completamente em seco e só com a praia-mar, no dia seguinte, viria a poder seguir viagem.

Atento a todas as peripécias e controvérsias da viagem, registadas sob a forma de diário, o cronista relata também, minuciosamente, a vida social de bordo sem omitir os demais aspectos relacionados com a saúde e com as doenças surgidas entre os embarcadiços.

Numa época em que as tragédias náuticas provocadas por doença a bordo, especialmente de natureza epidémica, constituíam factos comuns entre os nossos navegantes, esta armada dispôs, não só, de um corpo médico-cirúrgico eficaz como pôde também contar com um serviço de matalotagem bem organizado e funcional. Deste modo, embora se tivessem verificado algumas doenças durante a viagem, não houve qualquer baixa a registar.

o [próprio] *Embaixador padeceu [de] um defluxo na boca que [se] entendeu ser alguma [manifestação] escorbútica, mas melhorou em poucos dias (...). Também teve uma inchação de pernas como a maior parte da gente que vinha na nau(...)*.<sup>10</sup>

Apesar dos cuidados tidos com a escolha, aquisição e conservação dos bastimentos alimentares destinados a esta viagem, a ausência temporária de *frescos* podia desencadear perturbações desta natureza, naturalmente, correlacionáveis com a carência múltipla de vitaminas sobretudo, do Grupo B e C. Por outro lado, só nesta época se começaria a verificar, entre os médicos navais e, naturalmente, entre os demais responsáveis pela marinha portuguesa, os primeiros cuidados com a vigilância e controle do estado de saúde do embarcadiço antes do embarque. Baltasar Manuel de Chaves, físico-mor do Estado da Índia, licenciado pela Universidade de Coimbra, conhecedor das graves carências sanitárias a nível naval parece ter sido o primeiro a alertar, em 1750, para a necessidade de estabelecer estratégias urgentes de carácter higiénico e dietético, com vista a garantir uma *melhor conservação da saúde das guarnições*. Preconizava, entre várias medidas, *o exame médico antes do embarque.*<sup>11</sup>

Três dias depois do embarque, um dos embarcadiços *começou a lançar sangue pela boca*. Confessando aos cirurgiões *que esta queixa era [já] antiga*, o doente, tísico, febril e extremamente debilitado não augurava um bom fim. Todavia, *com os remédios que se lhe aplicaram, em poucos dias se pôs capaz de trabalhar, engordou e se fortaleceu de modo que a todos causou admiração*<sup>12</sup>.

Não obstante os *bons mantimentos e a excelente água [bebida à discrição](...), da boa carne e arroz (...), [do] peixe admirável e [dos] legumes de várias castas(...)*<sup>13</sup>, o ambiente de bordo não nos parece o sanatório ideal para a cura de uma tuberculose pulmonar.

Se tivermos em conta o diagnóstico confirmado pelos cirurgiões de bordo, relatado pelo cronista como uma tuberculose pulmonar, parece-nos ter havido alguma

precipitação na sua apreciação clínica já que, na nossa opinião, um doente com esta patologia específica dificilmente melhoraria em tão poucos dias.

Não dispondo de tuberculostáticos, os físicos e cirurgiões daquela época nunca poderiam obter grandes e/ou rápidos resultados com as drogas galénico-alquímicas, mezinhas e *simplices* usados no combate contra as doenças. O repouso, a boa alimentação e a precocidade do diagnóstico determinavam, de um modo geral, o prognóstico.

Neste caso, em particular, embora não saibamos quais os remédios prescritos ao doente, estamos convictos de que se terá tratado de uma outra doença ou doenças de natureza inespecífica susceptíveis de cura rápida pelo recurso a medidas terapêuticas simples.

A considerarmos uma *febre contínua*, sobre a qual também o cronista não nos dá notícia *desde quando*, e a sangue emitido pela boca, *queixa já antiga*, poderíamos estar perante persistente e outra, digestiva crónica, perfeitamente capaz de motivar uma diátese hemorrágica.

A aceitarmos ao diagnóstico de tuberculose, seria de supor que o cronista se referisse a acesso(s) de tosse, todavia, este aspecto não é mencionado. Por outro lado, embora não fosse ainda comum nem obrigatório, nesta época, fazer-se o rastreio clínico dos embarcações antes do embarque, parece-nos evidente que aquela situação febril contínua (acompanhada de um estado de fraqueza pressuposto), o qual viria a complicar-se, logo ao terceiro dia de viagem, com uma emissão oral de sangue, dificilmente passaria despercebida a quem ficou com a incumbência de seleccionar e contratar, directamente, os marheiros.

O estabelecimento de medidas regimentais, com vista a melhorar as condições de matalotagem e o apoio higiénico-sanitário das armadas, reflecte uma preocupação crescente dos responsáveis pelo sector médico-naval, rei, oficiais régios, capitães, armadores, físicos e cirurgiões e vem a conferir-nos, claramente, em meados do século XVIII, através das propostas do físico-mor Baltasar Chaves, já anteriormente referido, a prioridade no domínio da medicina profiláctica naval.

Custa-nos, pois, a aceitar que um doente, sofrendo de tuberculose arrastada, com *febre contínua* e, dificilmente, dissimulando os seus permanentes e obrigatórios acessos de tosse, pelo menos nesta fase da doença, não fosse detectado no momento do embarque.

Não dispondo de mais elementos clínicos que nos permitam reflectir sobre a provável etiologia daquela febre

arrastada há, no entanto, alguns outros dados sobre a situação do doente que merecem um último comentário.

O sangue emitido pela boca pode, naturalmente, ter resultado de patologia esofágica, gástrica ou duodenal crónica. De resto, não nos surpreenderia que, nesta época, um cirurgião menos avisado pudesse confundir o diagnóstico entre hemoptises e hematemeses. Só assim se compreenderia o restabelecimento mais ou menos rápido do doente, *em poucos dias*, apenas pelo recurso a umas mezinhas e dietas.

O aprovisionamento da frota, a fazer juz à crescente preocupação que este sector vinha merecendo por parte de todos os responsáveis pela marinha portuguesa, reflecte uma organização cuidada e bem planificada

A armada ia bem fornecida de *bons mantimentos e excelente água(...)*; *toda a gente da nau (ainda a infima) teve sempre boa carne e arroz e, nos dias de vigília, peixe seco admirável e legumes de várias castas e, sobretudo, ao meu parecer, a abundância de água foi a que mais contribuiu para a conservação da saúde; porque em todo o tempo de Verão a teve pronta para a equipagem para a beber a qualquer hora que a queira e sem medida.*<sup>13</sup>

A qualidade da própria água, segundo o cronista, era excelente mas, ao que parece, a suas qualidades só se mantiveram por ter sido envazilhada em *toneis fabricados de uma madeira*<sup>14</sup> *que há no Brasil, que tem a virtude de conservar a água sem corrupção.*<sup>15</sup>

Nestas viagens longas, independentemente dos aprestos e cuidados tidos com os *bastimentos* antes da partida, as agudadas revestiam-se de uma importância fundamental para os navegantes, às vezes, meses a fio sem ver terra. Aproveitavam estes momentos para relaxar, descansar o espírito e o corpo, pescar, caçar, pôr em ordem a sua higiene individual, limpar, esfregar, baldear, desinfestar<sup>16</sup> e reparar os navios e renovar os *stocks* de água e de mantimentos frescos.

Finalmente, a cinco de Agosto avistavam as ilhas da China e a onze desse mês encontravam-se às portas de Macau.

Reforçavam-se agora todos os esforços diplomáticos no sentido de a Embaixada portuguesa poder vir a ser recebida e reconhecida pelo Imperador da China com as honras que lhe eram devidas.

Contudo, antes de permitir o acesso à Corte Imperial do nosso Embaixador, os mandarins de Cantão, informados da sua recente chegada, insistiam em saber qual a *lista das coisas do tributo* que constituíam o presente destinado ao seu Imperador.

Escusando-se com elegância e inteligência às persistentes exigências dos mandarins, Francisco Xavier de Assis Pacheco e Sampaio, depois de vários meses de contactos em que a sua grande capacidade diplomática foi posta à prova, pôde contar com o apoio inestimável do Padre Agostinho Halerstein, seu intérprete, mediador e conselheiro e viu, por fim, satisfeitas todas as suas pretensões antes de se avistar com o Imperador.

Em catorze de Novembro de 1752 é lançada, por ordem imperial, em edital público, a informação de que Portugal e os seus representantes plenipotenciários ficavam, a partir dessa data, isentos de pagar tributo à China, prevendo rigorosos castigos para quem não respeitasse tais observâncias<sup>17</sup>. Entretanto, pedia-se ao Senado de

14. Não pudemos identificar o tipo de madeira a que o cronista se refere.

15. *Idem*, pp. 9-10

16. A desinfecção das embarcações era, habitualmente, feita com pólvora, produtos aromáticos e vinagre. Este último produto, já utilizado durante a baixa Idade Média com fins terapêuticos, veio a ser usado como corrector de água (destinada a consumo) e como desinfectante nas nossas armadas durante todo o período dos Descobrimentos. Produzido a partir do vinho, este ácido acético concentrado, mesmo diluído, parece ter garantido aos portugueses, pela sua forte acção germicida, um dos menores índices de mortalidade a bordo das naus naquela época, em contraste com a elevada mortalidade verificada entre as equipagens espanholas e holandesas.

*Macau que mandasse preparar casas para dois Mandarins Grandes que por ordem de sua Magestade Imperial vinham buscar a Sua Excelência, e para outros seis que vinham na sua companhia para o cortejarem, e que lhe mandassem uma relação de toda a sua família que o havia de acompanhar na viagem, para estarem as barcas e tudo o mais preciso, para a sua condução e dos seus móveis, pronto em todo o Império*<sup>18</sup>.

A quatro de Maio de 1753, depois de longas e complicadas demandas diplomáticas, o Embaixador português encontrava-se, por fim, frente ao Imperador Chinês que o receberia com toda a pompa e circunstância, numa cerimónia protocolar de grande envergadura.

Extensas listas de presentes trocados e ofertados entre ambas as partes, respectivamente encabeçadas pelo Imperador chinês e pelo Embaixador português, assinalavam e fortaleciam um pouco mais, pelo seu significado simbólico, as relações luso-chinesas que, pela primeira vez, pareciam ter atingido um nível de grande projecção política, diplomática e cultural na vida dos dois países.

Tendo-lhe sido dispensadas elevadas honrarias e cortesias durante os largos meses da sua permanência em solo chinês, geralmente, apenas conferidas a soberanos ou representantes de nações amigas não tributárias, o Embaixador português pôde presenciar e participar em múltiplas cerimónias de índole social, cultural e religiosa, a convite do Imperador e de vários mandarins.

*Corriam por todo o Império os progressos da embaixada com pasmo universal; este era o assunto todo da Gazeta de Pequim, em que se reconhecia a realidade dos sucessos [diplomáticos].*<sup>19</sup>

A oito de Junho de 1753, o nosso Embaixador e as setenta e uma pessoas que compunham a sua comitiva (Governador, Senado da Câmara de Macau, Prelados das Religiões, dois Jesuítas das Vice-Províncias, um matemático e o outro cirurgião, vinte soldados e alferes de guarnição de nau, entre outros) partiam de Pequim rumo a Macau, onde iriam chegar, meses mais tarde, por volta de cinco de Outubro.

Na madrugada do dia quatro de Janeiro de 1754, depois de uma missão cumprida com êxito e de um saldo diplomático e político difícil de igualar, o Embaixador Francisco Xavier de Assis Pacheco e Sampaio, a bordo da *Nau Nossa Senhora da Conceição e Lusitânia*, deixaria Macau, de regresso a Portugal.

## BIBLIOGRAFIA

1. *Dicionário da História de Portugal*, Direcção de Joel Serrão, Livraria Figueirinhas, Porto, 1985, 6 Vols.
2. ESPARTEIRO, ANTONIO MARQUES: *A Higiene nas Naus de Viagem em Meados do Século XVIII*, Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Outubro-Dezembro, 1958
3. MARTINEZ SOARES: *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1986
4. *Notícia da Viagem que fez do Rio de Lisboa na Nau Europa*, a 23 de Fevereiro de 1752, até à Praça de Macau, onde chegou a 5 de Agosto, Francisco Xavier de Assis Pacheco e Sampaio, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Ministro do Conselho Ultramarino e Embaixador Extraordinário de Sua Magestade Fidelíssima ao Imperador da China, Lisboa, Oficina de Pedro Ferreira (Impressor da Augustíssima Rainha Nossa Senhora), 1753.
5. SANTARÉM, VISCONDE DE: *Memória sobre o Estabelecimento de Macau*, Publicada por Júlio Firmino Judice Biker, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879 (Relatório de Assis Pacheco de Sampaio a El-Rei I). José I, dando conta dos sucessos da Embaixada a que fora mandado à Corte de Pequim no ano de 1752).

17. Visconde de Santarém, *Memória sobre o Estabelecimento de Macau*, p. 59

18. *Notícia da Viagem(...)*, p. 15

19. Visconde de Santarém, *Op cit.*, p. 88